

A aposta Argentina

MARCELO DE PAIVA ABREU

Triste destino do cavalo argentino. Assim cantava o famoso folclorista Héctor Roberto Chavero, mais conhecido como Atahualpa Yupanqui, o inexorável sofrimento do cavalo argentino em sua labuta diária. É uma imagem apta para descrever a recorrência das crises argentinas, em meio a um fatalismo quase doentio. A Argentina, como o Brasil, é um país notável pela discrepância entre a riqueza de sua base de recursos naturais e o nível de vida de seu povo. Mas, à diferença do Brasil, no início do século passado estava entre os países de maior renda per capita do mundo. A brutal decadência relativa, embora firmemente enraizada em infortúnios estruturais, tais como a especialização em agricultura temperada, também deveu-se a muitos anos de singular inépcia na condução da sua política econômica. A volta a uma trajetória virtuosa na primeira metade da década de 1990, à raiz do sucesso do programa de estabilização, parecera haver rompido este círculo vicioso.

O governo argentino tem tomado decisões que terão repercussões cruciais sobre o seu desempenho econômico e a sua estabilidade política nos próximos anos. Estas decisões afetam de forma importante o Brasil e seus demais parceiros do Mercosul. A opção argentina foi pela manutenção, pelo menos no médio prazo, da paridade cambial. A estratégia baseia-se em compensações da sobrevalorização do peso que penalizem as importações de bens de consumo, competitivos com a produção doméstica, e no aumento dos incentivos à exportação. Além disto, como estímulo a novos investimentos, as tarifas de importação de bens de capital foram zeradas. Em suma, por prazo indeterminado, a tarifa externa comum do Mercosul deixou de existir.

Parte do impacto destas medidas sobre o Brasil já é clara. As exportações brasileiras de bens de capital deixarão de se beneficiar das preferências regionais. Mas ainda não está totalmente esclarecido se realmente as exportações brasileiras de bens de consumo continuarão a entrar na Argentina sem o pagamento de tarifas de importação. Parece difícil acreditar que esta vantagem competitiva seja preservada por longo tempo. De fato, em Buenos Aires já se fala abertamente de adoção de salvaguardas para impedir o desvio de comércio que beneficiaria os produtos brasileiros. Assim, não se trataria apenas de desmantelamento do Mercosul como união aduaneira, pelo menos no médio prazo. Há, também, algum risco de comprometimento até mesmo de uma zona de preferências sub-regionais.

É difícil imaginar que o Brasil pudesse ter reagido de forma diferente aos apelos por excepcionalidade provisória feitos por Buenos Aires. Dado o desespero do quadro argentino de curto prazo, era essencial a cooperação brasileira. A pior situação possível para o Brasil seria dar espaço a interpretações que deitassem o fracasso final da experiência de estabilização cambial argentina à falta de apoio brasileiro. O problema é determinar quão duradouro será o provisório, pois existem interesses concretos brasileiros sendo sacrificados. Parece improvável que o governo argentino seja capaz de promover, mesmo que a médio prazo, as mudanças estruturais que supostamente evitariam a desvalorização. Assim, a desvalorização "indireta", patrocinada pelo ministro Cavallo, parece fadada a ter vida longa, com conseqüente congelamento do

Mercosul, na melhor das hipóteses em um formato de zona de comércio preferencial. Neste quadro não há dúvida de que uma possível Alca tornaria o Mercosul obsoleto no médio prazo.

Já se reportam comentários em Buenos Aires de que finalmente a Argentina teve condições de impor ao Brasil um fato consumado. Por outro lado, o ministro Cavallo teria reiterado na Espanha que o Mercosul deveria ter o peso argentino como moeda comum. A persistente leniência do Brasil em impor restrições às ilusões argentinas quanto à distribuição de poder no âmbito do Mercosul é que permite a reiteração deste jogo de cena. É difícil acreditar que a Argentina, ao tratar de aprofundar seus vínculos comerciais com o Brasil a partir de meados dos anos 80, não tivesse levado em conta o calamitoso retrospecto da política econômica brasileira. O Brasil, por seu lado, tinha presente o desempenho argentino até então. Mas acreditava-se que descompassos relacionados a políticas macroeconômicas pudessem ser resolvidos sem afetar o marco institucional do Mercosul. A crescente vulnerabilidade externa argentina na segunda metade dos anos 90 tornou o governo argentino especialmente sensível a qualquer alteração do que se considerava em Buenos Aires a "normalidade" nas relações comerciais com o Brasil: um saldo apreciável, da ordem de US\$ 1 bilhão. Boa parte do ressentimento argentino com a desvalorização do real deveu-se à reversão desta situação cuja sustentação, naturalmente, não havia sido objeto de garantia brasileira.

Especula-se que a contrapartida argentina à flexibilidade brasileira, ao aceitar as exceções às regras do Mercosul previamente acordadas, seria alguma garantia de alinhamento argentino à posição brasileira de não antecipar o cronograma da Alca previamente acordado em Miami. Mas, com base no retrospecto recente, seria imprudente basear a estratégia brasileira na Alca na garantia de apoio argentino. Mesmo sem estar em meio a uma crise de credibilidade, as autoridades argentinas nunca foram exatamente comedidas nas suas declarações quanto à importância do estabelecimento de relações preferenciais com os EUA. Que as pretendidas relações carnais com os EUA não prosperassem decorreu da falta de interesse de Washington, e não de um arrefecimento dos desejos argentinos. O Brasil deve estar preparado para, se for o caso, ser a única voz hemisférica em defesa da manutenção do cronograma original da Alca. Continua válido o argumento de que o interesse dos EUA na Alca é essencialmente explicado pelo acesso ao Mercosul. E, dado o peso do Brasil no Mercosul, o interesse se concentra no Brasil.

Pela primeira vez, desde meados da década de 80, a estratégia de integração no Cone Sul está seriamente ameaçada. Talvez, depois de uma flexibilização do regime cambial, a idéia do Mercosul volte a contar com efetivo apoio político na Argentina, e a ser corretamente percebida como uma questão de destino e não de escolha. Mas talvez seja então muito tarde para resgatar uma iniciativa de enorme importância econômica e política no quadro das relações tradicionalmente difíceis entre as duas maiores economias da América do Sul. A médio prazo, a Argentina poderá se ver sem Mercosul, sem conversibilidade e, ainda por cima, sem garantia de um lugar ao sol nas preferências de Washington.